



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº <u>E-14/3051/08</u>
Data: <u>13/02/08</u> Fl. <u>195</u>
Rubrica: <u>[assinatura]</u>

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

RESOLUÇÃO PGE Nº 2664 DE 18 DE Agosto DE 2009

**ALTERA A MINUTA-PADRÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS. (P-03/09).**

**O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
em exercício, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº E-14/3051/2008;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam alteradas as cláusulas 9.3.7, 10.2.3, assim como a Nota Explicativa Nº 11 da Minuta-Padrão aprovada pela Resolução PGE nº 2599, de 30 de março de 2009, que passam a ter a seguinte redação:

**“9.3.7. Atestado de visita, que será fornecido pela \_\_\_\_\_ no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/200\_\_ das \_\_\_\_: 00 às \_\_\_\_: 00 horas no local da obra, devendo comparecer preposto credenciado pela empresa licitante.”**

**“10.2.3. No preço proposto serão computadas todas as despesas para execução das obras, a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente Concorrência e todas as despesas com instalação do canteiro de obras, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, incluindo-se, também, o BDI – Benefício e Despesas Indiretas, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e**



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	E-14/3051/08
Data:	13/02/08 Fls. 496
Rubrica:	(10)

quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta Concorrência, vez que nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada.”

“Nota Explicativa n.º 11) Devidamente justificada no processo administrativo respectivo e, em situações excepcionais, poderá ser exigida garantia das propostas, nos termos em que se segue:

(...)

**9.4.5.2. A garantia de proposta será devolvida:**

a-) para o licitante vencedor- quando da assinatura do contrato, podendo o contratado optar pelo aproveitamento da mesma para complementar a garantia de execução contratual.

b-) para todos os outros licitantes – após a homologação da licitação.”

Art.2º - Ficam acrescidas as cláusulas 10.2.3.1, 10.2.3.2, assim como alínea f da cláusula 11.1.7 e item 5 da cláusula 21.9, além da inserção das nota 14.1 e 14.2 da Minuta-Padrão aprovada pela Resolução PGE nº 2599, de 30 de março de 2009, com as seguintes redações:

“10.2.3.1. A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada conforme modelo (Anexo—), discriminando todos os custos indiretos e lucros (ou benefícios).

10.2.3.2. O BDI máximo admitido nesta licitação é de —, devendo cada licitante preencher a sua planilha Composição Analítica do BDI. (VER NOTAS 14.1 e 14.2)”



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	E.4/30.51/08
Data	13/02/08 Fls. 197
Assinatura	[Assinatura]

**“11.17. O Licitante terá sua proposta de preços desclassificada, nas seguintes hipóteses:**

**(...)**

**f-) apresentar BDI acima do percentual de \_\_\_\_\_, conforme fixado na cláusula 10.2.3.2”**

**“21.9. São os seguintes os anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante:**

**(...)**

**5. Composição Analítica do BDI”**

**“Nota Explicativa n.º 14.1) A Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP (Ofício ASJUR/EMOP n.º 82/09) orienta a fixação do percentual máximo do BDI em 16% (dezesseis por cento), sendo recomendável que a adoção de percentual distinto seja tecnicamente justificado no processo administrativo. As parcelas que devem compor o Anexo da Composição Analítica do BDI são as seguintes:**

Parcelas	Percentuais Considerados
Administração Central	
Despesas Financeiras Eventuais	
Despesas com Tributos	
Lucros	
Total	

[Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-14/3051/08
Data: 12/02/08 Fls. 1098
Rubrica: (assinatura)

**Nota Explicativa n.º 14.2-) Devem ser excluídas as exações correspondentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, conforme orientação fixada no âmbito da PGE (Proc. n.º E-14/16732-08), que acolheu, em âmbito estadual, a orientação do Egrégio Tribunal de Contas da União (Acórdão n.º 950/07)”**

Art.3º - Remetam-se cópias às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2009.

  
**RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS**  
Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro em exercício

PUBLICADO  
DOERJ DE 21/08/09  
uf. 809987-1  
Mat